

É com enorme satisfação que o IBGE publica o *Atlas nacional do Brasil Milton Santos*¹ atendo-se à necessidade de atualização de um projeto que resume, por excelência, a meta de *retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania*.

A homenagem feita ao geógrafo Milton Santos na denominação desse projeto reitera a afinidade existente entre a missão do IBGE e a visão geográfica de um espaço mundial e nacional em constante transformação ao longo do tempo.

Instituição encarregada de produzir informações articuladas sobre o Território Nacional, o IBGE reúne, de forma ímpar na administração federal, a geografia e a estatística, imprescindíveis ao processo de conhecimento renovado e de tomada de decisão em um País de dimensões continentais e de enorme diversidade - econômica, social, cultural e ambiental - marcada em seu território.

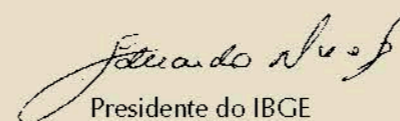
Nesse contexto, as profundas transformações que alteraram a configuração territorial brasileira, na última década, tomam urgente a atualização dessa obra que revela, com sua diversidade temática, as várias questões e escalas que envolvem a dinâmica espacial do Brasil contemporâneo.

A compreensão abrangente dessa dinâmica envolve, inclusive, uma visão da própria inserção e representatividade do Brasil no mundo que serve de introdução aos demais temas abordados no Atlas, através de mapas, imagens, gráficos e/ou textos.

Se no passado a informação sobre o território constituía condição básica de construção da legitimidade do poder do Estado, atualmente ela se torna uma condição central para a tomada de decisão em um ambiente político aberto e diversificado, onde cabem inúmeros atores e forças sociais igualmente organizados.


Hoje, também, novos atributos redefinem o valor estratégico e o econômico do território, tomando mais complexa e abrangente a seleção de indicadores que permitem o entendimento aproximado dos processos estruturantes do espaço geográfico brasileiro.

Finalmente, a abrangência do temário proposto enfatiza a valiosa contribuição de outras instituições, que sem as quais o Atlas Nacional não daria conta da complexa articulação de temas que envolvem, na atualidade, o conhecimento do território brasileiro.

A handwritten signature in black ink, reading 'Fernando Nobre', positioned above the printed name of the IBGE President.

Fernando Nobre
Presidente do IBGE

¹ O *Atlas nacional do Brasil*, publicado pelo IBGE, passou a denominar-se *Atlas nacional do Brasil Milton Santos*, conforme disposto na Lei no 11.159, de 2 de agosto de 2005.

A vertical topographic map of Brazil, showing the country's terrain in shades of green, yellow, and brown. The word "Introdução" is written vertically in a bold, black, sans-serif font over the map.

Introdução

Bertha Becker*

No encerramento da primeira década do milênio, o *Atlas nacional do Brasil Milton Santos*¹ fortalece sua importância como

* Bertha Becker é professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Laboratório de Gestão do Território - LAGET/UFRJ. É membro da Academia Brasileira de Ciências, *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Lyon III, e agraciada com inúmeras medalhas, como a da American Geographical Society, Ordem de Rio Branco, entre outras.

¹ O *Atlas nacional do Brasil*, publicado pelo IBGE, passou a denominar-se *Atlas nacional do Brasil Milton Santos*, conforme disposto na Lei nº 11.159, de 2 de agosto de 2005.

fonte essencial de informação para o conhecimento da dinâmica da sociedade e do território do País nesse período.

O debate em curso sobre a provável substituição da escrita como cerne da cultura em favor da imagem tecnicamente produzida atribui maior importância ao Atlas que, ao articular textos e imagens produzidas com técnicas cada vez mais avançadas, amplia sua capacidade de captar a realidade brasileira em sua crescente complexidade.

Ressalta nessa complexidade captada pelo Atlas dois processos marcantes da dinâmica brasileira nesta década: a melhoria de

condições de parte considerável da população brasileira e a valorização da potencialidade do território brasileiro.

Num contexto histórico em que o espaço geográfico é remodelado pela lógica das redes associadas à conectividade e velocidades crescentes, aguçam-se as vantagens competitivas do território brasileiro frente às demandas globais. Vantagens que residem não só na extensão de terras, biodiversidade, recursos minerais, como hoje também nos serviços ambientais oferecidos pela densa cobertura vegetal tropical e pela abundância de água, recurso que se torna escasso no planeta.

O valor estratégico do território brasileiro se amplia sobremaneira pela possibilidade que oferece de enfrentar preocupações mundiais sobre a escassez de energia e o aquecimento global. O País pode continuar dispondo do petróleo e da hidroeletricidade por décadas e, simultaneamente, avançar na agroenergia para produção de biocombustíveis, e tem excepcionais possibilidades na “era do sol/vento” que se configura em substituição ao petróleo, com base na energia solar fotovoltaica e na energia eólica, importantes fontes limpas, complementares sobretudo para as Regiões Norte e Nordeste ainda carentes de fontes energéticas convencionais.

O Brasil também atende à preocupação global quanto à produção e demanda de alimentos como talvez o maior exportador de grãos, graças à revolução tecnológica que conseguiu tomar o Cerrado produtivo.

Mas o valor estratégico do território não se esgota nessas possibilidades. Reside também no potencial de futuro que oferece. É o caso da extensa área de floresta ombrófila densa da Amazônia, ainda em grande parte conservada à espera de uma revolução científico-tecnológica capaz de utilizar sua riqueza natural sem destruí-la. É o caso, também, da Amazônia azul, território marítimo cujas riquezas em fauna, flora e minerais, à exceção do petróleo já utilizado, ainda precisam ser conhecidas.

Enfim, tal potencialidade explica porque grande parte das inovações no campo da Ciência e Tecnologia, ou C&T, no Brasil estão associadas à natureza. Desde o petróleo, à produção de alimentos, à agroenergia, à valoração dos serviços ambientais entre outras inovações, revelando que a economia baseada no conhecimento da natureza é um fato a ser reconhecido no País.

O potencial do território, contudo, é revelado e viabilizado pela sociedade brasileira, e nesse processo as redes têm um papel central. São elas que permitem a inserção bem-sucedida do Brasil nos mercados globais, através da transnacionalização de grandes empresas petrolíferas, siderúrgicas, produtoras de alimentos e de serviços, entre outras, que tem nas redes sua estratégia básica. Também é privado o domínio das redes de infraestrutura de transportes, comunicações, telefonia e televisão, não sem tensões com o Estado.

Em contrapartida, a conectividade ampliada pelas redes de comunicação, particularmente a explosão da telefonia móvel e a televisão, associada à política de bolsas e de difusão do crédito, vem introduzindo transformações significativas na sociedade brasileira. Criaram-se as classes C e D, cujo consumo ampliou o mercado interno, difundem-se as igrejas evangélicas alterando a posição do Brasil como um dos maiores países católicos do globo, e se fortalecem movimentos sociais que, inclusive, se transnacionalizam, graças às conexões locais/globais.

Tal dinâmica não se realiza sem problemas a serem superados. Embora o desmatamento na Amazônia tenha se reduzido, de 2,9 mil ha para 2,6 mil ha da década de 1990 para a atual, é urgente alcançar o desmatamento zero para conter a destruição da floresta e do Cerrado. Igualmente urgente é industrializar a produção agropecuária e a mineral, atualmente exportada praticamente sem agregação de valor.

Não foram plenamente vencidas as desigualdades regionais de desenvolvimento. A logística do território implementada pelas corporações e orientada para as exportações, revigorou a diferenciação entre o litoral e o interior, e entre as metades Sul e Norte do País. População, atividades, portos escoadouros dos corredores de transporte e novas companhias exportadoras de minérios localizam-se na faixa costeira e na porção Sul, enquanto no interior da metade Norte escasseia gradativamente as redes e os serviços, que se reduzem aos mais elementares.

Em que pese a retração da miséria, na medida em que somente menos de um terço passou a viver com menos de meio salário mínimo e muitos melhoraram sua condição graças ao crescimento do emprego formal, das bolsas e do crédito, quase metade da população brasileira permanece sem acesso à rede de esgoto, um indicador de pobreza, tendo em vista seu impacto sobre a saúde humana. E os tipos de doenças que afligem a população brasileira confirmam a falta de acesso a condições mínimas de vida; ao mesmo tempo em que crescem as doenças “urbanas” como as de coração e diabetes, permanecem e mesmo reaparecem endemias como a malária e tuberculose.

A crescente urbanização do território a um só tempo expressa e influi nessa realidade. A coexistência do padrão hierárquico próprio da estrutura das localidades centrais, com cidades em redes, ligadas por relações horizontais só são encontradas no Sudeste do País, na extensa região urbana formada por São Paulo. São Paulo hoje não é apenas uma metrópole nacional, mas sim uma cidade mundial, inserida em redes globais. Seu dinamismo estimula a formação de uma região policêntrica e contribui para a densa malha urbana do Centro-sul fortemente articulada entre si, cujos últimos baluartes em direção ao norte são Brasília e Goiânia. Já nas Regiões Nordeste e Norte, mantém-se o padrão hierárquico das capitais estaduais com ausência de níveis intermediários, não caracterizando efetivas redes. Em conjunto, a urbanização do território apresenta notável estabilidade em relação ao observado em 1993, com a manutenção dos mesmos centros dos níveis hierárquicos mais altos, e alterações apenas em núcleos de hierarquia intermediária e baixa e em áreas de ocupação do território. Em outras palavras, não se pode reconhecer um grande dinamismo urbano à exceção do Centro-sul.

As revelações oferecidas pelo Atlas aprofundam a compreensão da dinâmica do País e estimulam a reflexão sobre caminhos para superar desigualdades, colocando-se na ordem do dia a questão do desenvolvimento sustentável.

Embora não tenha um conceito claro, o desenvolvimento sustentável por não ser claro é profusamente aceito. E hoje, ele está sendo vigorosamente retomado. Vale registrar que a noção proposta pelo Relatório Brundtland endereça um modelo único para os países não desenvolvidos baseado no desenvolvimento local rural e no controle da natalidade, que não é adequado ao Brasil como bem revela o Atlas. Uma conceituação aceitável do desenvolvimento sustentável o entende não como um estado a alcançar mas como um processo de transformação contínua e aperfeiçoada, envolvendo múltiplas dimensões – econômica, social, ambiental e política –, que pode seguir caminhos diversos de acordo com as condições histórica e geográfica das regiões e países.

Fica patente que o caminho para o desenvolvimento sustentável do Brasil exige medidas para superar desigualdades social e regional que podem ser plenamente ancoradas em inovações de C&T, associadas a uma economia do conhecimento da natureza.

